



Fundación
EPISTEME

ENTREVISTA NUNO CRATO

Nuno Crato: “que tal olhar para a realidade, para os dados?”



«Confiem na vossa experiência e espírito crítico, não acreditem no absurdo», sugere Nuno Crato, Ministro de Educação e Ciência da República Portuguesa de 2011 a 2015. Graças às suas medidas, baseadas em evidências, os alunos portugueses atingiram os melhores resultados da sua história nas avaliações do PISA e do TIMSS. A visão educativa de Crato choca frontalmente com o construtivismo, modelo que se propagou na Europa e nos EUA durante as últimas décadas, pairando com ligeireza sobre o panorama educativo.



Fundación
EPISTEME

Eva Serra / [Fundación Episteme](#)

Professor catedrático de Matemática e Estatística no ISEG (Universidade de Lisboa). Investigador em modelos de probabilidade e estatística. Licenciado em Economia e Doutor em Matemática Aplicada. Lecionou no Instituto Superior de Economia, na Universidade dos Açores, no Stevens Institute of Technology e no New Jersey Institute of Technology. Desde 2000 é professor no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Também foi pró-reitor para a Cultura Científica da Universidade Técnica de Lisboa.

Foi galardoado com o prémio Europeu da Ciência atribuído pela Comissão Europeia. Em 2008, o Presidente da República Cavaco Silva agraciou-o com o grau de comendador da Ordem do Infante D. Henrique e em 2016 com o grau de Grã-Cruz da mesma ordem. Em 2022 o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa distinguiu-o com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública.

Em termos gerais, qual é a sua opinião sobre o estado atual da educação em Espanha?

Há várias estatísticas e vários sinais inquietantes. O abandono escolar é ainda muito elevado e existe uma tendência para desvalorizar o currículo e a avaliação externa. Mas não gostaria de me alongar. Não é o meu país, conheço mal a situação. É uma análise e um debate que cabe sobretudo aos espanhóis.

Como achou Portugal em matéria educativa quando assumiu a sua pasta ministerial em 2011?

Portugal tinha já avançado muito. Houve uma reação positiva aos resultados dos estudos internacionais TIMSS e PISA, que revelaram uma situação preocupante em 1995 e 2000, respetivamente. Sucessivos governos, sobretudo a partir de 2003, passaram a dar mais atenção aos resultados escolares. Foram introduzidos exames no 9.º ano, e isso ajudou todos a dar mais atenção aos avanços dos alunos.

É interessante observar que isso se conseguiu em governos sucessivos, de diferentes partidos. Neste período, por exemplo, o último governo, de 2010-2011, do Partido Socialista, introduziu objetivos curriculares, que ajudaram a estruturar melhor o currículo.



Fundación
PISTEME

Tinha claros os eixos da sua reforma desde o princípio ou estes foram-se delineando em função de um processo de negociação?

Tinha na minha cabeça um conjunto de preocupações centrais e de propostas de melhoria do currículo, da avaliação e da formação de professores. Claro que me deparei com problemas inesperados e houve muitas coisas a que nos tivemos de adaptar. Mas os eixos da reforma necessária estavam claros. Havia um movimento no sentido de maior rigor no ensino que tinha ideias muito claras.

Infelizmente, a situação económica foi muito difícil, herdámos um país em bancarrota, com a intervenção da *troika*, e isso acabou por absorver muitas das nossas preocupações.

No entanto, é importante que, mesmo com grandes dificuldades económicas, as escolas, os pais e os professores abraçaram a necessidade de um maior rigor no ensino. Em consequência, tanto o TIMSS como o PISA de 2015 revelaram um progresso notável no ensino. Obtivemos os nossos melhores resultados internacionais de sempre.

Os portugueses estavam preparados para as mudanças que propôs?

Difícil dizer... mas creio que, sobretudo nos momentos de mudança inicial, havia uma grande compreensão e aceitação pelo que estávamos a fazer.

Quais foram os passos dados para alcançar o consenso geral junto de todos os agentes educativos? E qual foi a resistência principal ou mais difícil de superar?

A resistência mais difícil foi a de algumas cúpulas sindicais e de alguns partidos. É curioso como partidos que tinham introduzido algumas das medidas por nós postas em prática – por exemplo, a prova de entrada na profissão para professores – passaram a estar contra essas medidas quando a implementámos. Enfim...

Para orientar um bom sistema educativo é preciso deixar a ideologia de lado e apoiar-se nas evidências?

Diria que sim. Em educação, a ideologia tem muitas vezes um papel nocivo e contraditório. As coisas têm uma lógica própria e, às vezes, tenta-se dar-lhes justificações ideológicas, quando diferentes ideologias podem sustentar as mesmas ideias.



Fundación
EPISTEME

Se, por exemplo, formos ler as reformas educativas introduzidas pelo ministro Gentile, em Itália, pode-nos parecer estar a ler certos ideólogos contemporâneos que, em nome de uma suposta redução das desigualdades, criticam a organização curricular e a avaliação dos alunos. E essa ideias aparecem hoje associadas à esquerda, nomeadamente à esquerda mais radical.

Só que... só que... Gentile era ministro de Mussolini!

Vale a pena ler o que escrevia então Gramsci, o fundador do Partido Comunista Italiano, grande inspirador de alguma esquerda radical moderna. Praticamente subscrevo-o linha a linha: destacava a importância do conhecimento de base, da disciplina nas escolas, de um currículo estruturado, da avaliação dos alunos... tudo isto criticando o ministro de Mussolini.

Segundo Gramsci, o que hoje a esquerda radical defende para a educação é uma política de direita...

Então... que tal olhar para a realidade, para os dados?



O que dizem as evidências em relação ao currículo?



Fundación
PISTEME

Vários estudos feitos logo a seguir aos primeiros estudos internacionais, nomeadamente os já falados TIMSS e PISA, mostraram que quando o currículo está bem estruturado é mais fácil progredir. Estudos mais recentes, sublinham o mesmo. Eu faria o seguinte sumário:

Primeiro lugar, ter um currículo progressivo, ambicioso, bem estruturado. Segundo lugar, dar destaque primordial às disciplinas fundamentais: começando pela leitura e pela matemática; depois as ciências, as artes, as línguas, depois ainda, outras matérias. Terceiro lugar, ter um currículo baseado no conhecimento e não em competências vagas. Quarto lugar, alinhar tudo em torno desse currículo: manuais escolares, avaliação.

Que outras evidências deveríamos ter em conta para a educação de um país funcionar da melhor forma possível?

A necessidade da avaliação, em todos os níveis, a avaliação formativa, nas aulas, a avaliação sumativa dentro das escolas, a avaliação estandardizada nacional em fins de ciclos de estudos. A avaliação, bem aplicada e em conjunto com medidas de apoio aos estudantes com mais dificuldades, é não só um incentivo ao progresso de todos, como também um equalizador social.

A exigência que defende para conseguir bons resultados académicos é cada vez mais desvalorizada, a par das provas de avaliação. Que resultados podem surgir com as medidas tão laxas que se estão a aplicar? Como se encontra agora Portugal?

Infelizmente, Portugal piorou a sua situação a partir de 2016. Tanto o PISA 2018 como o TIMS 2019 mostraram uma quebra no desempenho cognitivo médio dos estudantes – e isto muito antes da pandemia.

Talvez ainda mais negativo: essas avaliações internacionais mostraram um aumento das desigualdades em Portugal, com uma redução do desempenho dos estudantes mais desfavorecidos. É trágico: uma política de redução da exigência, apregoada como uma política a favor dos mais desfavorecidos, tem precisamente como resultado prejudicar os mais desfavorecidos. Como dizíamos na altura, “a exigência educativa é a grande amiga dos pobres”.

Qual é a sua opinião relativamente às competências nos programas de estudo que estão tanto na moda em tantos países à nossa volta? Qual seria o motivo principal desta aposta educativa em bloco?



Fundación
EPISTEME

Esta é uma questão crucial. Primeiro, eu diria que ninguém sabe o que são competências. Uma vez aparecem como um conjunto de conhecimentos e capacidades, ou seja, como tudo o que é educação, simplesmente; outras vezes aparecem como sinônimo de capacidades, aplicação de conhecimentos, ou *skills*, em inglês. Segundo lugar, diria que contrapor capacidades a conhecimentos é um absurdo. Pois conhecimento e a capacidade de o aplicar andam de mãos dadas.

Conclusão: devem-se aprender conhecimentos e suas aplicações. Não é um ou outro.

Mas o importante é como se organiza o ensino. Deve organizar-se por conhecimentos ou por competências, ou seja, por aplicações? As aplicações são coisas diversas, sem estrutura, de utilização implícita ou explícita de conhecimento. O conhecimento estrutura-se em disciplinas, com sequência, com lógica, com continuidade.

Se organizarmos o ensino por competências, preocupamo-nos com aplicações, necessariamente esporádicas, por muito interessantes que possam parecer. Fazendo-o, o estudante enfrenta temas episódicos, e o ensino torna-se realmente desinteressante. O estudante percorre um conjunto de “experiências educativas”, como se diz em jargão educacional, ou seja, aprende um conjunto de capacidades dispersas e não ganha uma estrutura de pensamento, de esquemas mentais que o ajudem a conhecer o mundo e a progredir.

Citando algumas das deficiências atuais, os nossos alunos apresentam problemas de compreensão leitora, carecem de conhecimentos gerais, empregam um vocabulário escasso, sobretudo no caso dos mais desfavorecidos. Para não aumentar a extensão da pergunta, estas não são evidências mais do que suficientes para entender que algo está a falhar? A seu ver, qual é o motivo por que quem poderia mudar a situação não o faz?

Porque isso chocaria com muitos interesses instalados, desde os de muitos ditos “especialistas em educação”, que vivem, literalmente, de convencer os outros das suas teorias, até aos de várias cúpulas sindicais, que apostam na não avaliação de resultados como forma de promover todos, aparentemente sem perceber que o que estão a promover é a mediocridade.

Com base na sua experiência política e em termos realistas, diria que os estados europeus têm a capacidade de tomar decisões educativas livremente ou estão sujeitos a certas recomendações ou pressões?



Fundación
EPISTEME

Os estados e os governos têm sempre pressões internas e externas, mas têm capacidade para mudar as coisas. Apenas precisam de duas coisas: saber o que querem para a educação e ter coragem de o defender e aplicar. Muitas vezes, infelizmente, faltam as duas coisas.

Países com bons resultados educativos, como Singapura, a China ou a Coreia do Sul, adotam um modelo baseado no esforço, no currículo e na avaliação. Este fenómeno remete para modelos antagónicos que coexistem na globalização? Esta diferença pode alterar o curso ocidental a que estamos acostumados?

Sim, a prosseguir esta tendência, é muito provável que o mundo ocidental seja ultrapassado velozmente pelos países asiáticos. E em muitos aspetos isso já está a acontecer.

Olhe-se por exemplo para duas regiões do globo que estavam com problemas de desenvolvimento no fim da Guerra: a América do Sul e Leste Asiático. Os países da primeira região não conseguiram desenvolver um modelo educativo e ainda hoje têm grandes problemas de desenvolvimento. O Leste Asiático, pelo contrário, apostou num modelo rigoroso e isso impulsionou um desenvolvimento económico sem precedentes.

Há docentes que aprovam as “novas pedagogias”, embora não tenham nada de novo, enquanto há outros que não se sentem confortáveis perante o abaixamento do nível académico. Quando denunciam a desigualdade que tal situação gera, estes passam a ser considerados uma espécie de proscritos e anacrónicos. O que diria a uns e outros?

Aos professores, diria: atendem na vossa experiência e espírito crítico, não acreditem nos absurdos, completamente contrários à experiência e à lógica, que vos pretendem impor. As ideias absurdas e contrárias à experiência não passam a estar certas por serem ditas por quem se proclama especialista.

A sua proposta vai ao encontro dos alunos com dificuldades académicas através de programas para melhorar a compreensão leitora e apoiando a Formação Profissional. Que resultados está a produzir esta estratégia em relação ao abandono escolar?

São peças essenciais para a redução do abandono escolar. Em Portugal, nas últimas duas décadas, conseguimos progressos extraordinários nesse sentido. O abandono escolar era cerca de 45% em 2000, está hoje abaixo dos 6%.



Fundación
PISTEME

A partir da sua experiência como principal responsável educativo em Portugal, especialista em matemática e em estatística, e considerados os dados que avalizam os melhores resultados na educação da história do seu país durante o seu mandato, o que diria aos espanhóis?

Olhem para o que fizemos entre 2003 e 2015. Olhem para a experiência de outros países. Leiam, por exemplo, os textos de muitos especialistas internacionais que refletiram sobre os resultados internacionais, nomeadamente do PISA 2018. Posso sugerir os diversos capítulos que estão *open access* no livro , [*Improving a Country's Education*](#), que editei na Springer. E reflitam.